

PROPOSTAS E DIRETRIZES PARA O PROGRAMA DE GOVERNO FERNANDO PIMENTEL – 2015-2018

MINAS GERAIS: PERDENDO O BONDE DA HISTÓRIA

1. A sociedade brasileira passou por mudanças significativas nos últimos 12 anos sob o governo do PT. No centro destas mudanças, está a garantia de direitos que vinham sistematicamente negados, notadamente à população de baixa renda.
2. Todas estas transformações foram fruto de uma profunda mudança na condução do Estado, reafirmando o seu papel central no desenvolvimento econômico e social na sociedade contemporânea.
3. As manifestações ocorridas em 2013 nada mais são do que a passagem de uma cidadania formal para uma cidadania real, garantida pelas políticas públicas colocadas em prática em um ambiente amplamente democrático.
4. As reivindicações indicaram claramente o sentimento da necessidade de aprofundamento das conquistas de elevação de renda, educação de qualidade, acesso a saúde e condições dignas de habitação de transporte público.
5. Os resultados do Brasil demonstram esta transformação. A taxa média de crescimento do PIB durante os governos Lula e Dilma foi de 3,8 %, enquanto que durante o governo FHC foi de 2,84%. A inflação média no governo do PSDB foi de 8,9% enquanto que no Governo Lula e Dilma foi de 5,8%. Durante os quatro anos do regime de metas de inflação no governo FHC, em 50% dos anos a meta foi estourada. Em 11 anos da administração do PT, em apenas 1 ano a inflação foi superior à meta (2003).

Alf. Pimentel

6. No campo social esta transformação tornou-se mais vigorosa ainda. O IDH em 2000 era de 0,61, e em 2010 atingiu 0,72. O número de brasileiros vivendo em pobreza absoluta caiu de 34,4% da população em 2002 para 15,96% em 2013. Em relação à pobreza extrema, a melhora foi ainda mais sensível, caindo de 13,9% da população em 2002 para 5,3% em 2013.

7. Enquanto o Brasil se transformou, aqui em Minas Gerais o Estado parou. A taxa média de crescimento do PIB durante os últimos 11 anos foi de 3,3%, abaixo não somente em relação ao Brasil (3,8%), mas também em relação a estados que se comparam a Minas Gerais (Mato Grosso, 5,5%; Paraná, 3,8%, por exemplo). O PIB per capita também decepciona. Em 2010, ele era em MG de R\$ 8.000,00, inferior aos de estados como Mato Grosso, Paraná e inferior ao Brasil (R\$ 8.770,00, R\$ 9.929,00 e R\$ 8.820,00, respectivamente). A taxa de desemprego ao final de 2012 (5,5%) em Minas Gerais foi superior a de estados semelhantes, como Mato Grosso (4,7%), Mato Grosso do Sul (3,4%), Paraná (4,4%), Santa Catarina (2,9%) e Rio Grande do Sul (4,3%).

8. Todo este quadro acontece mesmo com vultosos investimentos federais no Estado. Apenas o PAC2 investiu em Minas Gerais, entre 2011 e 2014, R\$ 66,03 bilhões, sendo R\$ 10.526,90 milhões no eixo transporte; R\$ 2.939,66 milhões em energia; R\$ 4.293,95 milhões no Cidade Melhor; R\$ 1.002,66 milhões na Comunidade Cidadã; R\$ 25.742,74 milhões no Minha Casa, Minha Vida; R\$ 2.111,62 milhões no programa Água e Luz para Todos. Nos investimentos sociais, só o Bolsa Família, em 2013, atendeu 70.913 famílias, com um dispêndio de R\$ 116.835.944,00.

9. No centro deste resultado, está uma concepção de Estado que difere substancialmente dos modelos de gestão implementados pelo PT. Em Minas, se privilegiou um modelo de gestão baseada numa visão gerencial de administração pública adotada pelo Banco Mundial, na qual parâmetros de metas e controles de resultados, derivados da iniciativa privada, são adaptados à gestão pública. Dentro de um arcabouço mais geral de políticas liberalizantes e pró mercado, o papel do Estado passa a ser basicamente de gestor de despesas correntes, sem uma ação indutora do desenvolvimento socioeconômico, uma vez que este seria garantido pelos mecanismos de mercado.

Ass. Guimarães

10. Além disto, um modelo de gestão extremamente centralizador e imune às demandas populares, fez do governo de Minas Gerais um centro de poder, isolado e desconectado dos problemas regionais, econômicos e sociais do Estado. Nada melhor simboliza este modelo de gestão do que a Cidade Administrativa: suntuosa, estéril, isolada, imune ao seu entorno, uma verdadeira catedral no deserto.

UM NOVO MODELO DE GESTÃO

11. Superar este modelo de gestão é primordial para colocar Minas Gerais em sintonia com as grandes transformações por que passa o Brasil. É preciso superar o Estado apenas gerente e recriar o Estado Planejador. Esta mudança significa estabelecer a primazia do planejamento sobre a gestão, que continua uma condição fundamental para o planejamento de longo prazo, o qual, no entanto, deve determinar suas metas e resultados esperados.

12. Para isto é necessário construir uma nova forma de gestão, descentralizada, participativa e transparente.

13. A descentralização da gestão administrativa é um conceito central nesta reformulação do papel do Estado. É necessário que o centro de decisão esteja mais perto dos atores e das regiões. Não é possível que uma Secretaria para tratar de assuntos do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, por exemplo, seja localizada na Cidade Administrativa em Belo Horizonte. O deslocamento de órgãos de administração para as diversas regiões de Minas Gerais, além de efetiva descentralização do conjunto da administração, permitirá que as questões regionais tenham a força política necessária para serem atendidas.

14. Esta descentralização parte do entendimento de que, de fato, as Minas são muitas. Os problemas de saúde, segurança, educação, entre outros, não se apresentam de forma idêntica em todas as regiões de Minas. Existem especificidades que devem ser consideradas, e este é o sentido



da descentralização da gestão administrativa. As políticas governamentais devem, portanto, ser capazes de atuar em duas escalas: uma mais horizontalizada permeando todo a Minas Gerais; e outra, mais específica para cada região.

15. Para que este novo modelo de gestão funcione, é necessário capacitar e equipar todo o aparato de gestão do Estado, passando pela valorização do servidor público estadual e pela adoção de valores, metas e parâmetros de avaliação, condizentes com o caráter público do Estado, e não valores e parâmetros validos e validados apenas pela iniciativa privada. Eficiência na gestão pública não se mede com a mesma régua com que se mede eficiência na iniciativa privada.

16. Uma reforma profunda do aparato administrativo do Estado teria que ir, além da superestrutura da gestão pública, se fazendo necessário atingir a base da administração pela reestruturação da carreira e mudanças de órgãos e instituições da administração direta e indireta.

17. A transparência da gestão, como também sua capacidade de ouvir e interagir com a sociedade e os movimentos sociais, são valores centrais neste novo modelo de gestão, que começa já a partir da forma de construção deste Programa de Governo que será intensivamente participativo, pelos movimentos sociais e diretamente na escuta dos cidadãos a partir das caravanas da participação e através da internet e de aplicativos que facilitarão o acesso e a participação.

18. Uma transversalidade em todo o programa é o diálogo com a juventude, que vem mostrando pelas manifestações de rua e das redes sociais, sua vontade de participar e insatisfação com o formato analógico das políticas públicas tradicionais, mesmo as mais necessárias e adequadas ao conjunto da população. O diálogo diferenciado e nos formatos mais modernos com a juventude mineira será uma dos eixos centrais do programa e da ação de governo, incluindo a intensiva utilização e disponibilização de tecnologias modernas e acessíveis a todos, especialmente aos jovens, articulando os processos educacionais, da cultura, do trabalho inovador e do empreendedorismo, do esporte e do lazer.

Apresentação

MINAS MULTIPOLAR: DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO EQUILIBRADO REGIONALMENTE

19. Se a descentralização administrativa é um elemento central para dar força política e voz às regiões, isto por si só não garante a redução das desigualdades regionais dentro de Minas Gerais. Neste contexto, o Estado planejador se faz necessário, atuando de forma coordenada na indução do desenvolvimento regional e no combate às disparidades regionais.

20. Minas Gerais tem uma das maiores desigualdades regionais da Federação. São várias Minas, da pobreza extrema do Vale do Jequitinhonha até o alto desenvolvimento do Triângulo Mineiro, equiparada às regiões mais ricas do Estado de São Paulo. Sem dúvida, este é um fator estrutural que bloqueia o processo de desenvolvimento estadual como um todo, uma vez que as regiões mais atrasadas não foram puxadas pelas regiões mais dinâmicas ao longo de sua industrialização e urbanização.

22. O fortalecimento de polos regionais de desenvolvimento é central nesta estratégia. Políticas coordenadas de concentração de investimentos nestes polos são fundamentais para que estes possam atuar como centro irradiador do desenvolvimento regional.

23. A transformação destes polos em centros urbanos capazes de ofertar serviços mais sofisticados, integrados com as cidades de seu entrono, funcionando efetivamente como polos de equilíbrio, contrabalançando a força centralizadora de Belo Horizonte, passa necessariamente pela elaboração de um amplo programa de ordenamento territorial e reforma urbana, alinhado com um plano de investimentos específicos para tais polos.

TRANSFORMAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA

Assinatura

24. Estruturalmente, a economia mineira nos últimos 30 anos pode ser considerada estagnada. Depois do processo de diversificação produtiva ocorrido até o final dos anos 1970, com o aprofundamento da cadeia produtiva da siderurgia e da mecânica, a economia mineira não passou por nenhuma transformação digna de nota desde então. Continuamos a ser uma economia baseada fundamentalmente na produção de commodities, quer seja, agrícola ou mineral.

25. A dependência destes setores pode ser visualizada através dos dados de exportação. Nos últimos 11 anos, Minas teve seu desempenho atrelado, fundamentalmente, ao desempenho do setor exportador e à demanda mundial por commodities minerais e agrícolas (minério de ferro, soja, açúcar e carne, notadamente). Sozinhos, estes setores respondem por mais de 60% das exportações do Estado como um todo.

26. Recentemente, o crescimento do PIB mineiro tem sido maior que a média brasileira, fruto do comportamento da demanda internacional de commodities. No entanto, além de ser um crescimento centrado em uma economia pouco diversificada, este processo é fortemente concentrado territorialmente. A região Central do Estado responde hoje por mais de 40% do emprego industrial e cerca de 50% do emprego total.

27. Mais de que nunca se faz necessário mudar este cenário. Minas tem que ser capaz de se encaminhar para a economia do conhecimento, criando e desenvolvendo indústrias intensivas do conhecimento, nas quais os custos de entrada são menores e as janelas de oportunidades maiores. É neste sentido que nano-materiais, biotecnologia, fármacos e fontes alternativas de energia devem ser os domínios de conhecimento âncora da diversificação, utilizando de forma generalizada seus domínios conexos de tecnologia de informação.

28. Os domínios de conhecimento acima listados seriam uma panaceia se não sustentados pelas competências científicas e tecnológicas instaladas no Estado de Minas. Ainda que conectadas fortemente com redes nacionais e internacionais de conhecimento, a ancoragem territorial do núcleo de competências científicas e tecnológicas é crítica. Do contrário, os

Alf. Damasceno

mecanismos de internalização dos efeitos da diversificação sobre a renda e emprego locais seriam bem limitados.

29. Minas Gerais tem a maior rede de universidades federais do país, com excelência em ensino, pesquisa e extensão, onze ao todo. Além disto, entre unidades de Institutos Federais de Educação, CEFETs e Escolas Técnicas vinculadas às universidades, existem cerca de 46 instituições também voltadas a estas atividades. Isto sem contar com a UEMG e UNIMONTES, e suas unidades espalhadas pelo Estado como um todo.

30. É através da interação com esta rede que o processo de reestruturação produtiva do Estado deve ser implementado. Para tanto, o fortalecimento da capacidade de pesquisa destas instituições através da FAPEMIG se faz necessário, como também a criação de mecanismos que permitam uma maior interação entre estes centros produtores de conhecimento e o setor produtivo.

31. Neste contexto, o desenvolvimento da chamada economia criativa, que possui efeitos de transformação não desprezíveis, se mostra essencial.

32. Um outro elemento importante desta transformação produtiva é a política fiscal do Estado. O ICMS pode ser um elemento central para a indução de cadeias produtivas diferenciadas e prioritárias, assim como outros modelos de substituição tributária.

33. Toda esta reestruturação não será possível sem uma oferta de mão-de-obra qualificada. Notadamente, o ensino técnico e de segundo grau tem que ser capaz de garantir uma formação adequada aos desafios colocados por uma economia centrada no conhecimento, com ênfases diferenciadas do ponto de vista das necessidades de formação em cada região do Estado, a partir dos esforços das Universidades e de um novo modelo de ensino médio a ser implementado pelo novo Governo do Estado.

34. Uma estratégia de crescimento econômico sustentável e inclusiva também precisa contemplar políticas claras para micro e pequenas empresas e economia solidária e agricultura familiar, fortalecida por

Assessoria

política inovadora e responsável de reestruturação fundiária. Articular estes setores com o processo de reestruturação produtiva mais geral do Estado gera efeitos sinérgicos significativos com ganhos para todos os setores.

INFRAESTRUTURA PARA O CRESCIMENTO

35. A transformação produtiva e a busca de um novo reequilíbrio territorial em Minas não podem ocorrer sem a construção de uma forte infraestrutura energética, de transporte e de logística.

36. Pensar na criação de polos de desenvolvimento só será possível se for possível conectar tais polos, tanto com o seu entorno como também com outros centros irradiadores de crescimento. Além disto, uma estrutura de logística que permita a escoamento da produção é central nesta estratégia de desenvolvimento.

37. Neste cenário, o diálogo com o Governo Federal visando colocar Minas em destaque junto ao PAC pode ser um mecanismo complementar àquele a ser feito pelo próprio governo de Minas para sanar as deficiências de infraestrutura hoje existentes. Mas a nova sinergia entre os dois governos potencializará estas intervenções a partir de um plano integrado de logística e infraestrutura. O planejamento para reativar, redimensionar e expandir a malha ferroviária de Minas é um exemplo de como há um vácuo de planejamento econômico para ser preenchido pelo novo Governo.

38. Sempre articulado às políticas do Governo Federal, a infraestrutura das cidades na questão do saneamento e todos os seus componentes, da habitação popular, da infraestrutura viária e transporte terão apoio decisivo, com ênfase nos planos diretores de regulação urbana e políticas fundiárias urbanas e de resíduos sólidos nos termos da legislação pertinente. Aliás, não se pode falar em polos de desenvolvimento sem falar em construção das cidades e seu urbano. Uma profunda reestruturação urbana dos polos de desenvolvimento será prioritária.

Allyson

39. O impulso na geração de energias de matrizes diferenciadas atenderia a dois objetivos básicos: o primeiro de sustentabilidade ambiental, demonstrando claramente o compromisso de um governo petista com o meio ambiente, e, em segundo, contribuiria para fomentar setores mais intensivos em conhecimento, bem como fortaleceria as relações com as universidades e institutos de pesquisa. Retomar o sentido público da CEMIG, sem perda da sua eficiência gerencial mas, pelo contrário, colocar todos estes avanços, que são patrimônio dos mineiros, a serviço do desenvolvimento multipolar do Estado e sem onerar ainda mais os consumidores industriais, comerciais e residenciais em Minas.

40. Transformar o transporte público, mais uma vez retomando a capacidade de planejar um plano para todo o Estado, garantindo mobilidade urbana de qualidade, também merecerá destaque, uma vez que não podemos falar da construção de polos de desenvolvimento sem desenvolver o urbano. Ênfase para completar a política de mobilidade urbana pública para a Região Metropolitana de Belo Horizonte e dos grandes centros regionais já congestionados e no transporte integrador intermunicipal e garantidor do dinamismo dos novos polos de desenvolvimento.

COMBATE À POBREZA E À DESIGUALDADE E AMPLIAÇÃO DE OPORTUNIDADES PARA TODOS, ESPECIALMENTE OS MAIS POBRES.

41. Os 12 anos de governo Lula e Dilma transformaram significativamente as condições de vida de milhares de brasileiros através das inúmeras políticas de transferência de renda implementadas e de um conjunto de políticas articuladas de ampliação de acesso das populações mais vulneráveis às políticas públicas, consolidadas sob o signo do BRASIL SEM MISÉRIA. Além disto, tais políticas, além da valorização do salário mínimo e da expansão dos benefícios da assistência social e da previdência, contribuíram para a criação e o alargamento de um grande mercado de consumo de massas, fator central em uma estratégia de crescimento. E que ajudou o país a enfrentar a violenta crise econômica mundial a partir de 2008.



42. Em Minas Gerais, tais políticas foram fundamentais para a uma nova dinâmica nas regiões mais pobres do Estado, dada a ausência de políticas estaduais para tais regiões, mas ainda insuficientes para reverter o quadro de desigualdade.

43. Aprofundar tais estratégias, articuladas com as políticas nacionais, se torna fundamental para o combate das desigualdades regionais do Estado e para a inclusão de milhares de mineiros à sociedade.

44. Não se combate a desigualdade apenas com políticas de transferência de renda. É necessário garantir e ampliar oportunidades a todos, mas com ênfase diferenciada para os públicos mais vulneráveis. A implementação de uma política educacional que garanta escola de qualidade é central neste processo. A ampliação da educação infantil, que já vem sendo feita pelo Governo Federal e os Municípios, com participação pífia do Estado, é o primeiro passo estruturante. A seguir um novo papel também no ensino fundamental, compartilhado pelo Estado e Municípios, coordenando este os territórios de educação, com apoio pedagógico e gerencial às escolas municipais, ampliando radicalmente a educação de tempo integral e valorizando o professor e criando na escola pública um espaço de exercício da cidadania. Um novo ensino médio, compatível com as novas necessidades dos jovens mineiros e mineiras, focados na perspectiva do seu futuro, seja nas Universidades ou no mundo do empreendedorismo e da tecnologia avançada. Ampliar, com novos conceitos, o ensino técnico e tecnológico, relacionado à dinâmica econômica e social regional. Integração da rede estadual de educação com as Universidades, com processos contínuos de formação para o professor e integração pedagógica. Nenhuma criança fora da escola, nenhuma criança saindo da escola e cada criança e jovem querendo ficar na escola, um lema a ser guia do novo governo na educação pública de qualidade.

45. Na saúde, o primeiro passo é a implantação efetiva do Sistema Único de Saúde – SUS – em Minas Gerais, porque para ser efetivo é fundamental o Estado ter o papel, nunca assumido, de gestor de um sistema estadual de saúde, com claro papel de mediador e articulador de sistemas regionais de saúde. Potencializar o papel dos municípios-polo, sem prejudicar suas populações, mas equalizando o acesso dos cidadãos de todos os pequenos

APDF

municípios aos serviços tecnológicos localizados nos polos. Diagnosticar os vazios assistenciais das redes de atenção à saúde, articulando com os esforços em curso do Governo Federal e não competindo com eles, estabelecer um plano de investimentos em tecnologia e recursos humanos que preencha estes vazios e complete os sistemas municipais, que terão a sua atenção básica fortalecida e apoiada financeiramente pelo Estado. Intervir no drama dos tempos de espera alongados e desumanos, das filas para consultas especializadas e exames diagnósticos, das cirurgias eletivas e das internações das urgências. Utilizar a potência do Estado nos processos de educação permanente dos trabalhadores e gestores e ser decisivo na construção de carreiras regionais para os médicos e outros profissionais de saúde, completando a parte estruturante do Programa Mais Médicos para o Brasil, Mais Saúde para você. Estabelecer políticas verdadeiras de promoção da saúde, articulada com as demais políticas públicas, priorizar as grandes necessidades das população como a rede cuidadora para os dependentes químicos do crack, álcool e outras drogas, a violência no trânsito e interpessoal e os riscos cardiovasculares e para câncer. Por fim, retomar a ideia de saúde como fator de desenvolvimento e produção de riqueza e independência tecnológica para o país, potencializando o papel de Minas na biotecnologia e de outros componentes do complexo industrial da saúde.

46. A articulação com os programas do governo federal nas áreas de reforma agrária, programas de apoio técnico e crédito à agricultura familiar merecem destaque. Intensificação do papel da EMATER e EPAMIG na articulação das cadeias produtivas regionais no campo e nas cidades consumidoras de produtos primários e com progressiva agregação de valor, aumentando renda das famílias do campo.

NÃO À DISCRIMINAÇÃO E À VIOLÊNCIA

47. O item segurança será central no novo governo porque está no centro das preocupações de todos os mineiros, da capital aos pequenos municípios e sua zona rural. Apesar do crescimento da renda e do emprego, o fenômeno da violência no país, por ser complexo e multifatorial, nos centros urbanos está se ampliando, e em Minas Gerais vem atingindo patamares alarmantes e com características próprias relacionadas às

Alfonsina

posturas do atual ciclo de governos.

48. Enfrentar este problema é uma tarefa complexa, uma vez que ele possui múltiplas abordagens. O primeiro passo é tornar pública e transparente as informações sobre violência e performance da segurança. Implementar políticas de prevenção, hoje apenas simbólicas ou pontuais, articular com as políticas sociais nos diversos territórios, articulado com os processos de ressocialização e modernização da política carcerária. Existe a necessidade de uma melhoria significativa no aparato de segurança que não somente vem diminuindo nos seus efetivos (a Polícia Militar é menor do que há doze anos e sequer tem o efetivo previsto em lei), como também está obsoleto do ponto de vista tecnológico, mesmo em relação às outras unidades da Federação, sem a devida valorização profissional dos seus quadros. A integração necessária entre as polícias ficou no meio do caminho, sem o devido suporte estrutural e logístico. A articulação do papel do policiamento ostensivo com a Polícia Judiciária e a Justiça, devem reverter esta situação de milhares de mandatos de prisão em aberto, a não concretização de investigações na quase totalidade dos casos e a permanente sensação de impunidade. Completa o quadro desolador, a pouca relevância de políticas alternativas no campo penitenciário e de sua boa gestão.

49. A diminuição da violência e a ampliação equitativa de oportunidades também passa por políticas públicas que tratem dos efeitos do tráfico, notadamente o crack, através da construção de uma rede diversa e integrada de atendimento aos usuários de drogas, no moderno conceito hegemônico hoje no mundo civilizado de que esta é uma questão sobretudo de saúde pública e de políticas articuladas, ancoradas em políticas ousadas de prevenção, especialmente junto aos jovens e usando de todo o aparato das escolas, mas também de organizações da sociedade civil, como as Igrejas e movimentos organizados. Articulado ao programa federal Crack é Possível Vencer, deixar o sistema de segurança para o combate sem tréguas ao tráfico de drogas e armas e crime organizado, incluindo a parceria com as Polícias Federal e Rodoviária Federal e dos Estados vizinhos para o controle das fronteiras.

Apparicioni au

50. O combate à discriminação em todas as suas expressões não pode ser visto como uma questão “setorial”. Esta é uma questão central para a construção da democracia e da cidadania. Isto ocorre tanto pela implementação de ações afirmativas, combinadas com políticas sociais, quanto pela garantia do combate efetivo a atos que caracterizem tal violência e discriminação para as mulheres, os negros, a população LGBTT, os quilombolas e os indígenas mineiros.

SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

51. A questão ambiental é central em Minas Gerais. Um Estado caracterizado pela beleza de suas montanhas e seu território e com uma forte presença de atividades extrativistas tem que ter a preservação do meio ambiente como prioritária de governo. O compromisso com a construção de uma matriz energética renovável, com políticas sustentáveis na agricultura e na indústria e com a preservação de nossas riquezas naturais é fundamental em um governo democrático e popular. Esta também é a base para a dinamização da indústria do turismo e dos negócios.

52. Garantir que as necessidades industriais por recursos hídricos não afetem a qualidade de vida das pessoas, destruam o meio-ambiente e comprometam direitos essenciais dos cidadãos é um compromisso do futuro governo de Minas Gerais.

53. Para tanto, o reforço da estrutura de fiscalização e controle, bem como ter uma legislação eficaz capaz de municiar o Estado com os instrumentos eficazes de gestão e de melhor distribuição da sua riqueza mineral e ambiental.

54. A preservação com dinamização da cultura e do patrimônio histórico, marcas de Minas Gerais, é parte da solução para o desenvolvimento sustentável e moderno do Estado e carece de uma política mais ousada nesta área. A diversidade rica da cultura mineira é um ativo a ser valorizado, com políticas voltadas ao cidadão comum, como política pública sustentada, passando pela interação e diálogo com o conjunto dos

Allyson

produtores culturais e artistas em todos os sentidos e origens.

COMPROMISSO DE COMUNICAÇÃO PERMANENTE COM OS CIDADÃOS E GESTÃO TRANSPARENTE E EFICIENTE

55. Minas Gerais vive hoje um momento histórico. Nunca foram tão grandes as chances de uma mudança profunda nos rumos de sua sociedade. É preciso não perder o bonde da história. O Brasil está mudando de forma acelerada e Minas Gerais não pode ficar para trás.

56. A eleição de um Governo com compromissos sociais, transformador e Progressista, representará um salto para o futuro no desenvolvimento econômico e social de Minas.

57. Esta não será uma tarefa fácil, principalmente pelo estado calamitoso em que se encontra a máquina pública de Minas Gerais. A herança que será deixada pelos 12 anos de gestão privatista do PSDB em Minas, em muito superará a herança maldita do Governo FHC. A dívida monstruosa, a segunda maior da Federação, e o desmantelamento no sentido público da máquina do Estado são apenas duas das facetas da calamidade.

58. No entanto, com o compromisso da candidatura Fernando Pimentel e dos partidos e forças sociais que o apoiam temos a certeza de que em 2015 Minas se encontrará com o Brasil e com nosso futuro, fazendo parte ativa da grande transformação por que passa o país.

59. Viva o Povo Mineiro

APP